

## Conceitos que pensam a acção

João Cardoso Rosas

Universidade do Minho

### Ética e moral

Em termos etimológicos, a distinção entre ética e moral é negligenciável, na medida em que remete para raízes diferentes mas com significados aproximados. A Ética remete para o grego *ethos*, que tem o sentido de «carácter», mas também «modo de ser» ou «costume». A moral deriva do latim *mos, mores* no plural, que traduz sobretudo a ideia de «costume», mas pode também acabar por ter as mesmas acepções que *ethos*. No uso que estas palavras adquiriram nas línguas modernas e também na maior parte dos pensadores a moral acaba por ser geralmente do domínio do senso comum, i.e., a moral (costumes, modos de ser; carácter) geralmente aceite, enquanto a Ética – aqui com maiúscula – corresponde à reflexão filosófica sobre a moral nesse sentido. Por isso o mais usual é fazer equivar a Ética a Filosofia Moral. A Ética ou Filosofia Moral reflecte sobre o domínio da moral do senso comum.

No entanto, deve ter-se em conta que se encontra algumas vezes entre os filósofos práticas terminológicas distintas, ou até mesmo contrárias. Assim, por exemplo, existe uma tradição muito associada a Hegel e que considera que a eticidade (como tradução de *sittlichkeit*) corresponde à «vida ética», ao «dado» social e histórico, enquanto a Moral ou Moralidade (*Moralität*) é uma reflexão abstracta sobre esse mesmo «dado», sobre a eticidade, portanto. Aqui, quase se inverte a ordem por nós sugerida acima e que apresenta a Ética como reflexão sobre a moral.

Um outro exemplo de prática linguística alternativa é aquele que se encontra num pensador contemporâneo como Paul Ricoeur e que associa a Ética a uma visão teleológica de tipo aristotélico, enquanto reserva a palavra Moral para o ponto de vista deontológico e que considera ser também o de Kant. Mais abaixo veremos o significado destes termos. Por agora, basta constatar que estas fixações terminológicas alternativas, como é o caso de Ricoeur ou de autores de tradição hegeliana, são peculiares, constituindo excepções e não a regra. O mais usual nos textos contemporâneos é encontrar uma sinonímia entre Ética e Filosofia Moral, como distintas da moral espontânea.

O domínio da moral comum é uma instituição informal e empiricamente descritível. As sociedades, pelo menos as sociedades humanas, observam conjuntos de regras sobre o que é bom ou mau fazer e sobre o tipo de carácter que é bom ou mau ter. Numa primeira aceção podemos entender o conteúdo dessa «bondade» ou «maldade» como indicando apenas o que é socialmente condenável e o que é alvo de reconhecimento social positivo. No entanto, esse é apenas o ponto de partida da Ética ou Filosofia Moral. Ela parte da instituição da moral do senso comum já existente. Mas procura ir para além da simples aceitação acrítica dessa moralidade e, pelo contrário, encetar um processo de reflexão que confronta a moral do senso comum com as suas contradições e insuficiências.

· Não raras vezes, a moral comum faz juízos inconsistentes ou contraditórios, usa conceitos ambíguos e baseia-se em princípios insuficientemente argumentados. A Ética deve assinalar estes problemas, assim como fornecer alternativas intelectualmente mais robustas.

### Ética, Religião, Direito

· Ao posicionar-se criticamente diante da moral comum, a Ética trata de um determinado tipo de normas sociais que existe previamente nas interações entre os indivíduos humanos. Mas também a Religião e o Direito, eles próprios domínios normativos, se posicionam diante da moral comum. Por isso iremos de seguida salientar a especificidade da perspectiva Ética face à Religião e ao Direito.

· Na sua definição pela História Comparada das Religiões, qualquer religião tenderá a incluir um código dogmático – mais claro nas chamadas Religiões do Livro – e sobretudo um código ritual e um código ético. Mas as éticas ou morais religiosas, às quais será melhor aludir usando minúsculas, diferenciam-se da Ética enquanto Filosofia Moral na medida em que se inserem num paradigma da autoridade do livro e/ou da tradição. Pelo contrário, enquanto domínio filosófico, a Ética remete para o uso da razão humana de forma autónoma ou independentemente dos apelos à autoridade religiosa, quer sob a forma de livros sagrados, quer ainda sob a forma de tradições.

· Deve notar-se que não existe nada de errado na possibilidade de a Ética filosófica recorrer a fontes de cariz religioso, bíblicas ou outras, na medida em que nelas se consubstanciam importantes contributos para o pensamento sobre a moral – o que aconteceu muitas vezes ao longo da história. No entanto, terá de fazê-lo sempre mediante a análise do valor próprio dos argumentos aduzidos, independentemente do apelo a qualquer

autoridade especial desses textos, a qual apenas pode relevar de um acto de fé e não de uma argumentação autónoma, partilhável independentemente de qualquer adesão fideísta.

A Ética também não deve ser confundida com o Direito, embora este seja igualmente um domínio normativo e encerre orientações para a vida social. Algumas das especificidades do Direito são claras. Assim, as fontes do direito não se restringem à razão autónoma dos indivíduos e englobam a tradição – o direito consuetudinário – e a legislação positiva. Neste aspecto, o Direito é mais extenso do que a Ética e nem tudo o que é legal tem de ser ético. Seguidamente, o Direito não requer a adesão da consciência moral, mas apenas a conformação externa dos indivíduos. Aqui, o Direito é menos extenso do que a Ética porque esta pode considerar impermissíveis muitas acções que aquele não proíbe. Por fim, o Direito inclui sanções civis e penais, enquanto as sanções da moral e que interessam à Ética são diferentes – são as da consciência individual e da censura social.

Em suma: o Direito permite uma regulação normativa da vida social que tem certamente pontos de contacto com a Ética e que não deixa de se posicionar perante a moral comum, mas que se distingue delas, pelo seu carácter histórico e até político, pelo seu ponto de vista externo e pela tipologia sancionatória. As relações entre a Ética e o Direito são complexas. Se este não pode ser subsumido na Ética, esta, por sua vez, pode julgar eticamente alguns aspectos do Direito por considerá-los não conformes (ou conformes) à própria Ética.

## O bem e o dever

A Ética ou Filosofia Moral favorece sempre a capacidade que cada um de nós pode ter para se colocar no lugar do outro, para suplantiar a visão autocentrada e pensar a acção humana

de forma imparcial. Mas tal capacidade pode ser exercida de diversas formas e guiada por diferentes questões.

Em termos esquemáticos, podemos dizer que a Ética Antiga se centra na questão «Como havemos de viver?», enquanto a Ética Moderna coloca sobretudo a questão «O que devemos fazer?». Isso leva a que, no primeiro caso, predomine a noção de bem, enquanto no segundo releve a ideia de dever. Tal não significa que ambos os aspectos não estejam presentes tanto na Antiguidade como na época Moderna, mas o enfoque é diferente. Vejamos como.

A Ética Antiga entende a noção de vida boa como uma vida virtuosa. O tema da virtude, ou das virtudes que é bom possuir, perpassa todo o pensamento antigo, de Sócrates a Aristóteles, passando por Platão – e para além deles.

As virtudes éticas, na acepção aristotélica, são traços de carácter manifestos no agir habitual. Assim, a justiça enquanto qualidade individual, a coragem, a generosidade, a lealdade, a temperança e todas as demais virtudes afirmam-se na prática quotidiana e conduzem à felicidade ou *eudaimonia*. Para os gregos, o homem bom ou virtuoso é também o mais feliz.

Diferentemente, a Ética Moderna centra-se no dever definido independentemente da ideia de vida boa ou das motivações pessoais. Isso aplica-se, por exemplo, à Ética de Kant, na medida em que este considera que devemos agir sempre por puro dever, independentemente dos resultados a atingir ou de desejos empíricos. Mas também a principal alternativa moderna à Ética kantiana, ou seja, a Ética utilitarista desde Bentham e Stuart Mill até aos nossos dias, centrando-se na obrigação de gerar a maior felicidade ou bem-estar de todos os afectados pela nossa acção acaba por vincar a definição do nosso dever (neste caso, em função da maximização do bem-estar), mais do que o cultivo do carácter virtuoso.

Como tem sido notado, se a Ética Antiga é uma ética do cultivo da virtude, ela pode também ser descrita como Ética

atractiva. Já a Ética Moderna, ao centrar-se no dever, é sobretudo imperativa. Poderíamos, se aqui tivéssemos espaço para tal, traçar um largo paralelismo histórico entre a Ciência e a Ética na Antiguidade, tal como entre a Ciência e a Ética Modernas. No primeiro caso, predomina uma visão metafísica e teleológica, segundo a qual as causas finais estão presentes na própria natureza e a vida humana é parte integrante desse mundo de finalidades. No segundo caso, a natureza perde o seu encantamento, deixa de ter finalidades ínsitas e de ser um indicador moral para se tornar uma realidade material e mecânica, e a Ética passa a definir o dever de forma independente face ao mundo natural e apenas na base da racionalidade humana.

### Deontologia e consequencialismo

Centremo-nos agora em particular na Ética Moderna e nas correntes fundamentais ainda hoje em confronto. No pensamento moderno e contemporâneo generalizou-se a classificação das teorias éticas em deontológicas e consequencialistas.

Assim, as éticas deontológicas caracterizam-se sobretudo por afirmar regras de tipo absoluto ou quase absoluto, certas obrigações positivas ou negativas, sobre o que fazer e o que não fazer, assim como direitos individuais correspondentes às obrigações de carácter mais estrito. A ética de Kant, com a sua ênfase na ideia de imperativo categórico, é muitas vezes apontada como exemplo de deontologia. Mas também o são, por exemplo, as éticas jusnaturalistas que partem da existência de direitos naturais do homem (e correspondentes deveres), ou as éticas que afirmam o primado da justiça social e dos seus quesitos sobre qualquer outra virtude ou maximização do bem-estar.

Pelo contrário, as éticas consequencialistas são aquelas que avaliam a moralidade da acção apenas pelas suas consequências ou efeitos para todos os afectados. As éticas utilitaristas, desde

Bentham e Stuart Mill aos nossos dias, são o melhor exemplo deste tipo de abordagem. Para os utilitaristas não existem deveres, restrições ou direitos de carácter absoluto. O cálculo das consequências da nossa acção é o elemento necessário e suficiente para aferir da sua moralidade.

Uma forma de marcar a distinção entre deontologia e consequencialismo consiste em dizer que, no primeiro caso, estamos centrados no agente que pratica a acção e nas considerações que dizem respeito antes de mais a esse mesmo agente. Pelo contrário, no caso do consequencialismo apenas interessam as considerações que dizem respeito a todos os afectados pela acção e o agente em si mesmo não tem especial relevância. Fazendo uso de uma linguagem mais corrente, pode então dizer-se que para a deontologia as intenções e a boa vontade importam, enquanto esses mesmos aspectos são desprovidos de importância moral para a perspectiva consequencialista.

Assim, a nossa abordagem privilegia a distinção entre, por um lado, como vimos na secção anterior, a ética do bem e das virtudes e as éticas do dever e, por outro lado, entre as perspectivas deontológicas e consequencialistas sobre o dever. Para além do seu carácter analítico, este tipo de distinção tem também uma dimensão histórica, como acima também se referiu. No entanto, o leitor deve atentar no facto de que algumas classificações das teorias éticas optam antes por distinguir entre, por um lado, as teorias deontológicas como a de Kant e, por outro lado, colocar numa mesma categoria de teorias teleológicas tanto o consequencialismo como a Antiga ética das virtudes.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este tipo de classificação acaba por negligenciar a distinção fundamental entre o utilitarismo e a ética das virtudes antiga que advém da vinculação desta última a uma teleologia da natureza, o que não acontece no caso do utilitarismo, onde o aspecto teleológico, a existir, é moral e não naturalista. Assim, teoria teleológica em sentido forte é mais a ética antiga das virtudes, especialmente a aristotélica, do que as éticas consequencialistas modernas.



## Egoísmo e contratualismo

O egoísmo pode ser visto como um desafio para as teorias éticas e, mais especificamente, para o problema da motivação para agir com o qual a Ética Moderna, deontológica ou consequencialista, se debate desde há muito. Mas o egoísmo é também uma teoria ética por direito próprio (de tipo consequencialista).

Convém distinguir entre o egoísmo descritivo, ou a teoria empírica do egoísmo, e o egoísmo prescritivo, o único que pode ser considerado uma teoria ética. A primeira é uma teoria de inspiração psicológica ou biológica que considera que as nossas motivações são redutíveis à procura do interesse próprio, sem atender aos interesses dos demais. A segunda consiste em defender que a acção humana deve ser guiada exclusivamente pelo interesse próprio de cada indivíduo. Alguns pensadores, como parece ser o caso de Thomas Hobbes, defenderam os dois tipos de egoísmo. Hobbes pensava que os seres humanos eram por natureza maximizadores do interesse próprio, mas também que era isso que o direito natural aconselhava a fazer, pelo menos enquanto os seres humanos vivessem em natureza e fora do estado político que os obriga a desistir do direito natural a todas as coisas.

O caso de Hobbes ilustra também a passagem de uma teoria egotística sobre a moral para uma visão contratualista da moral política. No caso deste autor e de alguns outros contratualistas contemporâneos, a humanidade na sua condição natural só aceita estabelecer um contrato social para viver numa sociedade politicamente organizada na medida em que o cálculo racional do interesse próprio o justifica (por exemplo, para se salvar da morte precoce).

Uma outra vertente da teoria contratualista, bem diferente da hobbesiana, parte de uma visão não egoísta da natureza humana e da moralidade, para depois afirmar a possibilidade

de um contrato social já não baseada apenas na racionalidade instrumental dos agentes, mas também na sua razoabilidade moral. É este o caso das teorias contratualistas – e anticonsequencialistas – de Locke a Rawls, passando por Rousseau. Portanto, o contratualismo nem sempre é compaginável com o egoísmo, embora possa sê-lo.

Há também uma outra teoria que, de Mandeville ao pensamento económico da Ilustração, sugere que o comportamento egoísta dos indivíduos é positivo na medida em que produz efeitos agregados benéficos para a sociedade no seu conjunto. É aquilo que por vezes se associa ao pensamento de Adam Smith e à ideia segundo a qual a busca do interesse próprio na esfera do mercado é o melhor caminho para gerar a prosperidade e, assim, também, o bem de todos através de um mecanismo de «mão invisível». No entanto, esta teoria não é propriamente egoísta na medida em que só se interessa pelo interesse próprio no sentido em que ele conduz ao bem comum. O bem comum, portanto, assim como a simpatia entre os indivíduos, afasta claramente esta teoria das visões do egoísmo moral.

## O cuidado

Por reacção contra as diversas teorias consequencialistas e deontológicas da ética contemporânea deu-se desde há poucas décadas uma revalorização da ética das virtudes, ainda que geralmente despida da sua roupagem naturalista. Se alguns se concentraram no lamento pela perda da ética antiga das virtudes, outros procuraram adaptar a teoria das virtudes aos novos tempos de predomínio da ciência e da tecnologia. Assim, novo trabalho sobre as virtudes, sobre o seu catálogo e alcance, pode ser profusamente encontrado na Filosofia Moral actual (e.g. Alasdair MacIntyre, Bernard Williams, entre outros).

Mas há ainda uma outra vertente da Ética, que traz consigo uma linguagem também distinta, que se relaciona com a ética das virtudes mas é algo de mais específico. Refiro-me às éticas do cuidado (tradução do inglês «ethics of care», como em Annette Baier, Carol Gilligan, etc.).

Mais do que o simples exercício da virtude na actividade prática, a ética do cuidado centra-se na importância das «relações especiais de proximidade». Note-se que as éticas deontológicas e consequencialistas, se estão menos interessadas na virtude do que no dever, ainda menos interessadas estão no eventual peso moral das relações de proximidade. Estas pura e simplesmente não contam para aferir a moralidade de um acto. Ora, é precisamente a essas relações que a ética do cuidado procura conferir peso moral.

Não por acaso, as éticas do cuidado emergem no universo feminista, na reflexão sobre a maternidade e a família, sobre as relações de ajuda e dependência, ou seja, em domínios nos quais a estrita imparcialidade que, de modos diferentes, marca tanto as éticas deontológicas como as consequencialistas, não parece ter curso nem capacidade para dar plenamente conta do tecido moral da vida humana.

### Valores éticos e outros valores (Axiologia)

O conceito de valor, muito usado no discurso moral comum e mesmo no ensino da Filosofia, tem a sua origem contemporânea na chamada Axiologia, ou Filosofia dos Valores, que autores como Max Scheler e outros tinham desenvolvido já na transição do século XIX para o século XX, por insatisfação com o formalismo das teorias kantianas e utilitaristas.

Note-se que a Axiologia é bem mais extensa do que a Ética. Os valores ocupam uma esfera própria, distinta da esfera do ser. Entendidos como realidades essenciais que a análise

fenomenológica mostra, podem ser de tipo moral, mas também estético, religioso, etc. O sagrado e o divino são valores religiosos, tal como o belo e o sublime são valores estéticos, o bem e o mal valores éticos, etc.

Os valores éticos são os que se aplicam à acção humana no domínio da moralidade comum. Examinamos criticamente essa moralidade precisamente quando consideramos que ela não está a actualizar na prática os mais altos valores, ou os valores melhor justificados do ponto de vista da Ética. É o caso, muitas vezes, quando criticamos a conduta de políticos ou agentes económicos, ou ainda o comportamento corrente de alguns dos nossos concidadãos.

Note-se que a Filosofia dos Valores trata de valores objectivos, independentes da vontade individual, e não de valores meramente subjectivos. A Axiologia é avessa ao subjectivismo, que se pode encontrar tanto no senso comum como em algumas teorias metaéticas e que considera que os valores exprimem apenas preferências individuais e que estas não são susceptíveis de uma justificação racional ou objectiva.

Apesar da sua popularidade, a linguagem dos valores é geralmente considerada demasiado difusa e ambígua – e, por isso, é menos usada pelos filósofos profissionais. A própria Filosofia dos Valores não teve seguidores de relevo nos anos mais recentes. Mas o seu legado ao enfatizar a objectividade dos «valores» éticos (ou, se se preferir uma linguagem mais precisa, das virtudes, obrigações, direitos, etc.) mantém-se actual.

### Ética Normativa, Metaética e Ética Aplicada

Para terminar esta breve incursão nos conceitos mais frequentes hoje em dia no pensamento ético sobre a acção, convém referir a distinção entre Ética Normativa (ou Teorias Éticas), Metaética e Ética Aplicada (ou Prática). Esta distinção

tem a sua origem na Filosofia Analítica, uma corrente centrada na análise semântica da linguagem e na especial ênfase que essa corrente conferiu às questões metaéticas, em detrimento das restantes (veremos já de seguida o que isso significa). Mas hoje em dia a distinção tornou-se mais «neutra», como uma forma de separar diferentes temas e problemas éticos, sem nenhum enfeudamento especial à Filosofia Analítica.

Tradicionalmente, a reflexão ética incide sobretudo na Ética Normativa, ainda que muitas vezes acompanhada de exemplos práticos. A Metaética é uma tendência contemporânea, pelo menos quando assumida enquanto tal. A Ética Aplicada desenvolveu-se sobretudo nas décadas mais recentes, reflectindo importantes mudanças societais.

Assim, a Ética Normativa trata das próprias teorias éticas e das prescrições sobre o que devemos fazer, ou sobre o modo como devemos viver e relacionar com os outros. A Ética Normativa é a parte mais substancial da Ética e dificilmente se pode aceitar a sua substituição pela Metaética, como pretendia a ortodoxia analítica.

A Metaética, como a palavra indica, trata da reflexão de segundo grau sobre a Ética Normativa. Assim, não interessa a questão do dever e do bem, mas antes, por exemplo, a de saber se esses termos correspondem a algo objectivo ou real (objectivismo ou realismo moral) ou são meras expressões subjectivas (subjectivismo), ou ainda a reflexão sobre o cariz racional (intuitivismo racional) ou emotivo (emotivismo) dessas entidades morais.

Mas o debate mais relevante da Metaética e com maior repercussão fora dos círculos filosóficos é sem dúvida o do universalismo *versus* relativismo moral. O que está aqui em causa é a questão de saber se os padrões morais, sejam eles quais forem, são relativos à cultura na qual se desenvolvem ou se, pelo contrário, é possível estabelecer algum tipo de padrão moral universal, como sempre foi a aspiração da Filosofia

Moral, da Antiguidade aos nossos dias. Muitos consideram que o relativismo moral é uma visão que se derrota a si mesma (por que se tudo é relativo, também a própria tese do relativismo moral o é), mas ele não deixa de interpelar em permanência todos aqueles que pensam sobre a moralidade, ainda mais num mundo globalizado e no qual o Ocidente deixou de ser centro único ou predominante. Este tema, pela sua importância, será objecto de um capítulo autónomo mais adiante nesta obra.

Finalmente, a Ética Aplicada consiste no tratamento de casos concretos, mas não numa mera casuística já que ela tem de ser orientada pela Ética Normativa e, em alguns casos, esclarecida pela Metaética. Pela especificidade dos problemas que estuda, a Ética Aplicada é um domínio mais empírico, ou um domínio no qual a informação empírica é mais relevante do que noutras áreas da Ética. No entanto, um dos grandes erros ou perigos da Ética Aplicada consiste em cortar o seu cordão umbilical com a Ética em geral, circunstância na qual a Ética Aplicada corre o risco de deixar a perspectiva crítica para se tornar numa mera legitimação ideológica de costumes e práticas existentes.

Os subdomínios nos quais se desdobra a Ética Aplicada são inúmeros: a Bioética que trata de problemas como o aborto, a reprodução artificial, a eutanásia e o suicídio assistido, etc.; a Ética Ambiental e Animal, que reflecte sobre o estatuto moral de entes como os animais não humanos, a comunidade biótica, os ecossistemas ou a biosfera no seu conjunto; a Ética Política, que se debruça sobre o conflito entre a consciência individual e a acção política, ou ainda sobre temas mais específicos atinentes à acção do Estado, como as relações internacionais, as migrações, o combate à pobreza, e por aí adiante.

É também de relevar, sobretudo nas últimas décadas, o grande desenvolvimento da Ética Profissional, ela própria desdobrada em diversas éticas profissionais em diferentes domínios, desde a ética dos negócios à da comunicação social, da ética na prestação de cuidados de saúde e na educação à ética

na academia e na investigação científica. É precisamente nestes contextos que muitas vezes é usada a expressão «ética e deontologia profissional» com o intuito de indicar que existe um conjunto de deveres específicos de cada profissão. Mas este uso do conceito de «deontologia» é mais superficial ou menos fundamental do que o referido acima quando se distinguem entre perspetivas consequencialistas e deontológicas enquanto visões alternativas sobre o dever. Os códigos de conduta profissional, muitas vezes designados como «códigos deontológicos» podem e devem ser justificados, em última instância, tanto por teorias éticas deontológicas como por teorias consequencialistas.

Face ao extraordinário desenvolvimento tecnológico a que temos assistido nos últimos anos e às mutações sociais a ele associadas, a extensão da Ética Aplicada está em aberto. Ela pode abarcar todos os domínios aos quais se queira aplicar a reflexão racional e autónoma sobre a moralidade comum e o modo como ela lida com práticas e costumes existentes em qualquer sociedade humana, especialmente num contexto de mudança acelerada.

### Leituras recomendadas

- ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, Lisboa, Quetzal, 2004
- Hobbes, Thomas, *Leviatã*, Lisboa, INCM, 2009 (1.ª ed. em inglês 1651)
- KANT, Immanuel, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Lisboa, Ed. 70, 1995 (1.ª ed. em alemão 1785)
- MILL, John Stuart, *Utilitarismo*, Porto, Porto Editora, 2005 (1.ª ed em inglês 1861)
- LARMORE, Charles, *The Morals of Modernity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- Rawls, John, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 1993 (1.ª ed. em inglês 1971)
- SINGER, Peter (ed.), *A Companion to Ethics*, Oxford, Blackwell, 1991
- WILLIAMS, Bernhard, *Ethics and the Limits of Philosophy*, Abingdon, Routledge, 2011 (1.ª publ. 1985)